

RESENHA

**Cienfuegos, Manuel; Sanahuja, José Antonio (ed.)
(2010) Una región en construcción: UNASUR y la
intergración en América del Sur. Barcelona:
Fundació CIDOB, 422 p.**Samuel da Silva Resende¹

No seminário internacional “A integração regional na América do Sul”, ocorrido em fevereiro de 2008, em Barcelona, vários estudiosos debateram a atualidade e as perspectivas para a integração sul-americana, a agenda de desenvolvimento, a governança democrática, a coesão social e a maior inserção internacional da região. A proposta do livro foi a de reunir algumas das apresentações do seminário na forma de artigos, agregando, ao trabalho final, as discussões ocorridas na reunião. O objetivo do livro foi, sobretudo, o de demonstrar que os acontecimentos políticos da região são, além de dinâmicos, bastante complexos.

No primeiro capítulo, Félix Peña discorre sobre a relação entre integração regional e a estabilidade sistêmica da região sul-americana, um tema bastante relevante quando se considera a economia política do subcontinente. Apesar da convergência dos vários acordos de comércio preferencial, na Aladi, grande parte dos investimentos diretos externos e do financiamento, importantes variáveis macroeconômicas, estão regionalmente dissociados. Nesse sentido, a maior interdependência econômica, diante do aprofundamento da integração energética e de infraestrutura

na região, e por meio do aprofundamento de instituições e de regras mais previsíveis, e, tende a ser benéfico a todos.

Considerando que a convergência dos países da América do Sul baseia-se principalmente no comércio internacional, a transformação produtiva e competitividade internacional são o que Silvia Simonit aborda, no capítulo dois, quanto à integração. A autora examina, no que se refere à estrutura produtiva, os graus de heterogeneidade e de diversificação, bem como a distribuição setorial dos investimentos diretos externos. Quanto à competitividade internacional, ela avalia três grupos de parâmetros internos à economia dos países: suprimento das necessidades básicas, fatores que possivelmente aumentam a eficiência produtiva, e os que potencializam o grau de inovação. Conclui que dinamizadores de produtividade e de competitividade devem fazer parte de um esforço conjunto de setores governamentais e privados, objetivando o desenvolvimento sustentável da região.

José Antonio Sanahuja, no capítulo três, disserta sobre o regionalismo pós-liberal, que, na América do Sul, é evidenciado tanto pela Unasul quanto pela Alba. Com a incompatibilidade dos acordos Norte-Sul, com relação aos Sul-Sul assinados, torna-se necessário novo enfoque para a integração: importân-

1. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais/Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

cia mais política do que econômica, cooperação para o desenvolvimento social, energético, para redução de assimetrias, e projetos em infraestrutura, em segurança e em defesa. Essa qualidade de integração contribui para uma discussão menos limitada apenas às agendas comerciais e, segundo o autor, permite uma integração regional mais forte e mais consciente das próprias demandas.

As grandes disparidades entre os países da América do Sul são objeto de estudo de Anna Ayuso. Nesse quarto capítulo, as assimetrias são classificadas segundo: o tipo de divergência; o motivo; as condições de vida, as políticas ou as estruturas internas; sua evolução; o território em que a divergência ocorre. Realiza-se, ademais, um extenso levantamento dos modos para amenizar essas disparidades, evidenciando a possibilidade da aplicação desses mecanismos para os casos da CAN e do Mercosul, nos contextos do aproveitamento da liberalização comercial, da melhoria dos níveis de desenvolvimento econômico e territorial, da convergência social e interregional, e dos mecanismos jurídico-institucionais. A autora afirma que, para a América do Sul, além da falta de diagnósticos adequados, alguns problemas comuns aos acordos da região, como o não cumprimento dos objetivos acordados e a não complementaridade das políticas nacionais, servem de obstáculo à maior equidade da região.

A integração energética como sendo motivo tanto de integração

quanto de conflito entre os governos sul-americanos é a questão levantada no capítulo cinco. Klaus Bodemer realiza estudos de caso considerando as políticas da Argentina e da Bolívia, os projetos do “anel energético” e do gasoduto sul-americano, e sobre a oportunidade de o etanol ser um dinamizador da integração. A governabilidade regional pode ser profundamente afetada, de acordo com a forma definida da integração energética, e o modo de maximizar o bem-estar da região seria abandonar a perspectiva das decisões estritamente nacionais, algo, todavia, muito difícil, a curto prazo.

Wilson Nerys Fernández trata, no capítulo seis, da integração física e a viabilidade da IIRSA, a primeira carteira de projetos de infraestrutura que envolveu todos os países do subcontinente. Descreve, com grande detalhe, os eixos de integração e os vínculos que cada Estado tem com o projeto. A conclusão é que, muito embora o projeto seja verdadeiramente regional, os benefícios serão maiores aos países que mais exportem bens primários, fato que pode ser percebido como prejudicial aos esforços de redução das atividades extrativas e, por consequência, ao meio ambiente.

No sétimo capítulo, Jordi Bacaria Colom discute os fins da integração e as possibilidades financeiras do Banco do Sul. A proposta inicial do banco era o de financiar projetos de infraestrutura e empresas públicas e privadas, muito embora alguns governos objetivem, por meio dele, a cria-

ção de uma moeda única para a maior integração econômica da América do Sul. O autor compara com os mecanismos de financiamento atualmente existentes com os do Banco do Sul e conclui que, por um lado, utilizar as reservas do banco como base para uma moeda regional é arriscado e que, por outro, sua existência não significa prescindir da ajuda de outros mecanismos de financiamento internacionais.

A associação econômica da União Europeia com os países sul-americanos, os problemas e as perspectivas da associação com Mercosul e com a CAN são os temas do capítulo oito, escrito por Manuel Cienfuegos. Ao longo do texto, discutem-se as atuais relações econômicas com a região, os aspectos do acordo de associação vigente entre UE e Chile, os acordos em negociação, e como o futuro da Rodada Doha influi na conclusão destes acordos. Ainda que um dos principais conflitos seja a agricultura, percebe-se que a cooperação e o diálogo permanecem sendo os meios mais efetivos para a conclusão dos acordos.

Tanto as novas associações de integração na América Latina quanto as mudanças políticas na UE tem efeitos sobre o espaço político que se forma entre as duas regiões. Noemí B. Mellano, no capítulo nove, trata do histórico, da dimensão estratégica, da situação política e dos consensos e dissensos que constituem essa relação birregional em fase de mutação. Para a autora, o espaço político deve considerar a disparidade

econômica, a diferente participação democrática e a discrepância institucional entre as regiões, a fim de permitir um melhor aproveitamento das capacidades e das potencialidades de ambas as regiões.

Susanne Gratius, no capítulo dez, discute as agendas governamentais das Cúpulas UE-América Latina e Caribe, questionando os motivos para não se terem construído uma verdadeira parceria estratégica inter-regional, mas apenas associações bilaterais, de fato, relevantes. O tratamento diferenciado, às vezes benéfico, às vezes prejudicial, aos países latinos, sustenta a recente tendência europeia ao bilateralismo, que contraria a sua preferência histórica pelo interregionalismo. Não obstante, as cúpulas fortale-

cem fortalecendo a identidade política e os interesses internacionais compartilhados, e continuam a contribuir para o fortalecimento de associações promissoras como a entre a UE e o Mercosul.

No último capítulo do livro, Lourdes Castro García defende que a participação da sociedade civil, nas cúpulas e as negociações dos acordos de associação com os países da CAN e da América Central. A sociedade civil tem escasso acesso às negociações, no sentido de poder contribuir com inquietudes ou com recomendações, ainda que, dependendo do que é acordado, ela seja a mais prejudicada. A maior participação social certamente revitalizaria as relações birregionais, muito desgastadas com o passar do tempo.

